

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

CPDOC

TEXTOS CPDOC

“A IDÉIA DE INTEGRAÇÃO E O MERCOSUL”

Carlos Sávio Teixeira

Texto Cpdoc nº 32
(1999)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Fundação Getúlio Vargas

Praia de Botafogo, 190 - sala 1117 - Rio de Janeiro - Cep 22253-900 - Telefone (021) 536-9303 Fax (021) 551-2649
Email: CPDOC@FGVRJ.BR

CPDOC

313

F

“A IDÉIA DE INTEGRAÇÃO E O MERCOSUL”

Carlos Sávio Teixeira

Texto Cpdoc nº 32
(1999)

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CPDOC

22/05/99

Conselho Editorial dos Textos CPDOC

Maria Celina D'Araujo; Helena Maria B. Bomeny e Carlos Eduardo Sarmento

1309/77

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CPDOC

1309/77
19/04/99

A IDÉIA DE INTEGRAÇÃO E O MERCOSUL*

Carlos Sávio Teixeira**

Sumário

- 1- Apresentação
- 2- Histórico da integração
- 3- O Mercosul
- 4- Implicações não-econômicas da Integração
- 5- Bibliografia
- 6- Cronologia da integração latino-americana

* Este trabalho é parte do projeto "Democracia e forças armadas no Brasil e nos países do Cone Sul", coordenado por Maria Celina D'Araujo e Celso Castro e desenvolvido no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getulio Vargas com o apoio da FINEP (ref. 2748/96). Insere-se também no projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", aprovado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e que tem o CPDOC como instituição-sede e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF como instituição participante.

** Cientista social e assistente de pesquisa do CPDOC/FGV (bolsista do CNPq)

1- Apresentação

A nova ordem mundial construída a partir dos acontecimentos que referenciam hoje as relações internacionais, tem como causa principal o colapso do comunismo soviético. De maneira quase imediata, esse fenômeno pôs por terra um modelo de organização do sistema político internacional, baseado no confronto entre duas superpotências militares - E.U.A e U.R.S.S - que dividiram o espaço geopolítico mundial em duas grandes zonas de domínio e influência.

Vários outros aspectos concorreram como dinamizadores do processo de mudança que está criando esse novo cenário internacional. A ascensão econômica asiática (sob a liderança do Japão) e os processos de globalização dos investimentos, da produção e dos mercados, alavancados por decisões de cunho econômico e político, são fatores explicativos também importantes.

A articulação desse conjunto de variáveis, além de modificar o caráter originário das resoluções que direcionavam o modelo de desenvolvimento capitalista do pós-guerra, passando da predominância das contingências políticas para as econômicas, produziu também um outro acontecimento que caracteriza esse momento redefinidor do sistema mundial: a formação de espaços econômicos regionais. A emergência desse fenômeno constitui-se no elemento principal de um processo mais amplo e profundo que é a integração regional.

As discussões acerca da temática da integração conduzem, necessariamente, a uma outra questão de fundamental importância tanto teórica como política: qual a natureza e a função do Estado-nação nesse novo contexto?

O objetivo do presente trabalho não será o de tentar responder tal indagação. O que se objetiva é bem mais modesto. Trata-se de entender o

processo de formação do Mercosul desde seus antecedentes até o presente, procurando destacar as implicações nos seus vários níveis, bem como a presença de atores variados e seus distintos graus de participação nesse processo.

2- Histórico da integração

A primeira iniciativa com o objetivo de integrar os países da América Latina foi a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) no final dos anos 40. Esta comissão elaborou um conjunto de estudos preliminares, a partir da idéia desenvolvimentista que dominava o debate da época. Esse modelo de desenvolvimento era baseado na substituição de importações e protagonizava a necessidade da criação de um mercado comum latino-americano. Para a CEPAL esse mercado comum teria a função de ampliar os restritos mercados nacionais, incentivando o surgimento de economias de escala e, em decorrência, promovendo e acelerando o desenvolvimento industrial. No final da década de 50 a região já tinha experimentado uma razoável industrialização e esse fator contribuía ainda mais para que se intentasse um processo de integração.

Entretanto, somente em 1966 com a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) tivemos de fato uma ação visando a integração econômica latino-americana. Os países que integraram inicialmente esta associação foram Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Posteriormente Colômbia, Equador e Venezuela também se associaram.

O objetivo da ALALC era construir, dentro de um prazo de 12 anos, um mercado comum a partir de uma zona de livre comércio. Para tanto era necessário a ampliação dos mercados pela retirada de medidas protecionistas, reduções tarifárias e restrições não-tarifárias por parte dos países-membros. Na verdade, a ALALC era concebida como um mecanismo para propiciar aos

principais países da região - Brasil, México e Argentina - maior liberalização do comércio. Para os outros países, com menor grau de desenvolvimento, a intenção era fomentar o crescimento industrial e complementar suas economias.

O tratado que instituiu a ALALC não previa, no entanto, nenhum instrumento para o planejamento de investimentos entre os países, nem a busca de harmonização de suas políticas fiscal, monetária e cambial. Não havia coordenação nem consulta prévia aos outros membros quando um país formulava suas políticas.¹

No final dos anos 70, as dificuldades de integração em termos práticos, a falta de vontade política para realizar tal intento, e a ausência de instrumentos para concretizá-la, fizeram com que o processo de integração regional, como tinha sido proposto, ficasse superado.

Contudo, antes disso houve tentativas de superar a estagnação da ALALC. Uma das alternativas propostas foi implementada em 1969, quando Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru, criaram o Grupo Andino. Apesar do alcance das propostas desse grupo serem bastante pragmáticas, não lograram êxito.

No início da década de 80, tendo em vista as crescentes dificuldades que começaram a enfrentar os países latino-americanos no plano externo, a integração adquiriu outra dimensão. Nesse sentido, em 1980 foi criada a ALADI (Associação Latino-Americana de Integração). O reconhecimento do fracasso das experiências anteriores permitiu a definição de novos caminhos para a integração com as negociações bilaterais. A ALADI foi constituída por um tratado assinado em Montevideu por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Se no plano estritamente econômico, até os anos 80, a integração não alcançou os resultados esperados, no plano político-diplomático o projeto de integração - desenvolvido a partir do eixo Brasil-Argentina - teve alguns significativos avanços. A celebração do acordo tripartite (Argentina, Brasil e

¹ Com o Mercosul ocorre o contrário, ou seja, a criação de instituições que coordenem o processo de regulamentação das atividades do mercado como veremos adiante.

Paraguai) em 1979, sobre o aproveitamento dos recursos do rio Paraná, que viabilizou a construção das hidrelétricas de Itaipu e Corpus, foi o primeiro momento. Em seguida, em 1980, Brasil e Argentina assinaram um convênio de cooperação nuclear. Mais tarde em 1982, o apoio diplomático do Brasil às reivindicações da Argentina de soberania sobre as Malvinas estreitou ainda mais as relações entre os dois países. Em 1985, Brasil e Argentina assinaram a declaração de Foz de Iguaçu (também conhecida como Ata de Iguaçu) que expressou a vontade de acelerar o processo de integração bilateral.

Foi, no entanto, em julho de 1986 que ocorreu o passo mais importante da dimensão econômica para a aproximação entre Brasil e Argentina, antes da implementação do Mercosul: a criação do Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE). Em 1988, em decorrência do PICE, foi assinado o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, que já se refere a um mercado comum com as características do Mercosul. Em 1990, é assinada a Ata de Buenos Aires, na qual fica estabelecida a conformação de um mercado comum bilateral entre Brasil e Argentina até 1994. Nesse documento fixa-se entendimentos que permeiam vários aspectos da atividade reguladora dos Estados.

Todas essas iniciativas, no seu conjunto, traçam uma dinâmica nas relações entre o Brasil e a Argentina que possibilitaram a substituição da lógica de competição por uma relação de cooperação e convergência, inclusive em âmbito internacional. Nesse sentido aprovou-se, por exemplo, em 1986, na ONU, iniciativa brasileira para a criação de uma zona de paz e cooperação no Atlântico Sul. Mas os grandes momentos, do ponto de vista simbólico, da aproximação entre Brasil e Argentina, elemento fundamental da integração regional, foram as visitas realizadas pelos presidentes José Sarney (1987) e Raúl Alfonsín (1988) às respectivas centrais nucleares dos dois países, mostrando o grau de confiança recíproca alcançado nas relações entre essas nações.

O importante a destacar é que este ambiente de cooperação foi estimulado pela consolidação de regimes democráticos que passou a dominar

os esforços políticos dos países da região, mormente Brasil e Argentina. Isso foi um fator relevante de distensão e fortalecimento da paz na região, contribuindo para reduzir gastos que possibilitaram realocar recursos escassos para projetos de prioridade nos programas de desenvolvimento dos países.

3- O Mercosul

3.1. A implementação

O Mercosul é a unificação dos mercados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Como, na verdade, ainda é mais um processo do que um resultado, o mais prudente é afirmar que se constitui naquilo que é a primeira etapa das diferentes formas de integração entre dois ou mais países: uma zona de livre-comércio.²

A implementação desse mercado é resultado dos esforços empreendidos por Brasil e Argentina, através, inicialmente, do PICE e da assinatura da Ata de Buenos Aires, mas principalmente do Tratado de Assunção, quando Paraguai e Uruguai se uniram a esses dois países.

O Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991 pelos presidentes dos quatro países que formaram o mercado, estabelecia, basicamente, as seguintes metas: 1) inserção mais competitiva dos quatro países na economia mundial; 2) favorecimento da economia de escala; 3) estímulo dos fluxos de comércio com o resto do mundo e; 4) a integração da América Latina. A integração produzida pelo tratado se caracterizaria pela criação de um espaço de livre comércio e de uma união aduaneira entre os países, através da fixação de tarifa externa comum, e pela coordenação de políticas macroeconômicas. Os governos se limitariam a balizar as ações do setor privado, os verdadeiros motores do processo. Para tal, dentro de um programa de liberalização comercial, foram definidos os seguintes instrumentos: redução automática de tarifas, progressivas e lineares, acompanhadas de

² Ver Paulo Roberto de Almeida. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo, Aduaneiras, 1993.

eliminação de restrições não-tarifárias, para chegar à tarifa zero em dezembro de 1994.

Com a instituição do Tratado de Assunção, o caráter do processo foi totalmente transformado. Os intercâmbios comerciais se tornaram ainda mais importantes, os prazos de operação fixados se reduziram drasticamente passando de dez para cinco anos. De outro lado, abandonaram-se os critérios de seletividade que determinavam as possibilidades de negociação por produto. O Mercosul passou a ser "progressivo, linear e automático". Ou seja, as reduções alfandegárias passam a progredir linear e automaticamente para todos os produtos em percentagens prefixadas a cada seis meses e nenhuma negociação entre os agentes econômicos dos países poderia influir nesse caráter.

O Tratado de Assunção foi a inauguração de um modelo de abertura que, nos marcos da internacionalização da economia mundial, pautou-se dentro de uma linha programática sintonizada com um conjunto de ajustes econômicos e políticos que se abrigam, de maneira genérica, sob o rótulo de neoliberalismo. O pressuposto é que, com economias desreguladas e abertura econômica, o livre mercado pode garantir com maior eficiência a integração entre os setores produtivos complementares dos quatro países.

Pelo tratado, o mercado comum deveria vigorar a partir de 1º de janeiro de 1995, porém até 1994 os avanços ficaram circunscritos ao que se poderia classificar como uma união aduaneira (UA). Tem-se uma área de livre comércio (ALC) quando os países eliminam as tarifas de importação e as barreiras não-tarifárias no comércio intra-regional. A união aduaneira é uma ALC em que os países-membros praticam a mesma estrutura de tarifas em relação ao resto do mundo, ou seja, adotam uma tarifa comum. Mercado comum é uma UA com livre circulação, entre os países membros, de mercadoria, trabalho, capital e serviços.

O desenho que o Tratado de Assunção fornece é de um mecanismo transitório, por isso mesmo, incompleto e necessitando de complementação futura. Esta só se fez, até certo ponto, com a assinatura do protocolo de Ouro

Preto, em 1994, e ainda se fará, como ali previsto, sempre a partir de decisões governamentais.

Em relação ao documento de Ouro Preto, devemos destacar a institucionalização da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) como o órgão representativo dos parlamentos dos estados integrantes do Mercosul, assim como o acréscimo de dois novos órgãos à estrutura organizacional do Mercosul: a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM) e o Foro Consultivo Econômico Social (FCES).

Por fim, em 1996, os quatro países integrantes do Mercosul, começaram a pôr em prática seus planos para ampliá-lo. Durante a décima reunião presidencial do Mercosul, realizada na Argentina, os quatro presidentes convidaram seus colegas do Chile e da Bolívia, respectivamente, Eduardo Frei e Gonzalo de Lozada, a participarem nos debates. Em 1º de outubro, o Chile fez um acordo efetivo com o Mercosul. Dois meses depois, em outra reunião de cúpula do Mercosul, desta vez realizada no Brasil, a Bolívia também se associou ao Mercado Comum, assim como o Chile, na qualidade de "estado associado". Isso significa que, além de não serem sócios, não estão integrados como membros plenos.

Nesse encontro, realizado no Brasil, os países assinaram uma declaração de "garantia democrática", comprometendo o Mercosul com o sistema democrático de governo e com o respeito pelos direitos humanos e civis.

3.2. As instituições

Os exemplos de integração que se conhece estão pautados, de uma maneira geral, a partir de dois modelos institucionais. Numa definição bastante esquemática, ter-se-ia, de um lado, um sistema baseado na cooperação entre os estados, utilizando-se de mecanismos de natureza diplomática, sem a utilização da arbitragem de organismos supranacionais. De outro lado, um sistema nucleado na administração comunitária de generalidade dos setores da vida

econômica, através de instituições supranacionais.³ O Mercosul se estabeleceu segundo os moldes do primeiro paradigma. A União Européia, ao contrário, está estruturada com base na segunda alternativa.

No Mercosul, seguindo sua lógica institucional, os mecanismos operacionais apresentam características próprias de suas funções: servem de canal para a criação e aplicação das normas que regerão as relações no interior do Mercosul e para resolução de eventuais divergências entre os participantes.

Sua estrutura institucional conta com os seguintes órgãos:

- 1- Conselho do Mercado Comum (CMC)
- 2- Grupo Mercado Comum (GMC)
- 3- Comissão de Comércio do Mercosul (CCM)
- 4- Comissão Parlamentar Conjunta (CPC)
- 5- Foro Consultivo Econômico Social (FCES)
- 6- Secretaria Administrativa do Mercosul (SAM)

Vejamos as funções de cada um desses órgãos.

Conselho do Mercado Comum

Com relação ao mercado comum, de que é o órgão principal, a função do Conselho é "a condução política do mesmo e a tomada de decisão para assegurar o cumprimento dos objetivos e prazos estabelecidos para a constituição do mercado comum". (Tratado de Assunção, artigo 10). Portanto, fica claro o caráter da atuação do Conselho: condução política do processo de integração e tomada de decisão. É integrado pelos Ministros da Economia e de Relações exteriores dos países membros.

³ Ver Maristela Basso. *A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul*. <http://www.mre.gov.br/g>

Grupo Mercado Comum

O GMC é, segundo o Tratado de Assunção (artigo 13) e do Protocolo de Ouro Preto (artigo 10), “o órgão executivo do Mercado Comum, e será coordenado pelos Ministros do exterior”. Entretanto, a leitura das funções atribuídas ao órgão mostra que o caráter executivo anunciado pelo artigo 10 do protocolo de Ouro Preto não é exclusivo. Com efeito, as funções atribuídas ao GMC incluem algumas de natureza opinativa ou homologatória, assim, como outras de caráter fiscalizador (artigo 14). É coordenado pelos Ministros de Relações Exteriores e integrado por quatro membros de cada país que representam o Ministério de Relações Exteriores, da Economia ou equivalentes, e Banco Central.

Comissão de Comércio do Mercosul

A CCM é responsável pela aplicação e pelo acompanhamento dos instrumentos de política comercial comum, estando a ela subordinados comitês técnicos: tarifas, nomenclatura e classificação de produtos, defesa do consumidor, normas e disciplinas comerciais, defesa da concorrência, assuntos aduaneiros. etc.

Comissão Parlamentar Conjunta

Criada pelo Tratado de Assunção e instituída de fato pelo Protocolo de Ouro Preto, a essa comissão foi conferido caráter consultivo, deliberativo e de formulação de propostas. Essa comissão não constitui um parlamento comum, como acontece na União Européia. Ela é composta por 16 parlamentares (oito senadores e oito deputados) de cada país, designados pelos respectivos parlamentos nacionais. Na verdade, sua relação com os outros órgãos da estrutura institucional tem sido desarticulada e inconstante, demonstrando não ter muita importância no processo decisório.

Foro Consultivo Econômico e Social

Esse foro congrega representantes do setor empresarial, sindicatos e entidades da sociedade civil para a discussão de temas vinculados ao Mercosul e formulação de propostas específicas. Seu funcionamento não tem sido muito dinâmico e ainda não conta com mecanismos de funcionamento bem definidos .

Secretaria Administrativa do Mercosul

A SAM é o órgão responsável pela guarda de documentos do Mercosul e pela comunicação de atividades do GMC. Atua, subordinada ao GMC, também no apoio a atividades do CMC, GMC e CCM, sem, contudo, ter qualquer poder de iniciativa. Portanto, ela não é uma organização supranacional, como se poderia imaginar.

Além da criação dessa estrutura organizativa, o Tratado de Assunção definiu a formação de subgrupos de trabalho, cujos principais objetivos são a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais:

Subgrupo1- Assuntos Comerciais

Subgrupo 2- Assuntos Aduaneiros

Subgrupo 3- Normas Técnicas

Subgrupo 4- Política Fiscal, Monetária e Comercial

Subgrupo 5- Transporte Terrestre

Subgrupo 6- Transporte Marítimo

Subgrupo 7- Política Industrial e Tecnológica

Subgrupo 8- Política Agrícola

Subgrupo 9- Política Energética

Subgrupo 10- Políticas Macroeconômicas

Subgrupo 11- Relações trabalhistas, Emprego e Seguridade Social

Após um exame, por mais sintético que seja, sobre a maneira como se procurou instituir o Mercosul, e os resultados decorrentes desse empreendimento, conclui-se, como fez um analista, que "sem desconsiderar a importância dos aspectos estratégicos e da necessidade de reunir forças para melhor se inserir no sistema econômico internacional, caracterizada pela progressiva formação de blocos econômicos, o objetivo fundamental do Mercosul é a busca do crescimento econômico".⁴

4- As Implicações não-econômicas da integração

A formação do Mercosul faz parte de um processo mais amplo de crescimento do intercâmbio dentro da América Latina. A aproximação política e diplomática dos países da região se deu, como já se assinalou, basicamente, por dois motivos: o restabelecimento da democracia e as mudanças no contexto internacional.

4.1- Grupo do Rio

Não é por acaso que o surgimento do Grupo do Rio aconteceu nesse período. Esse grupo, constituído pelos chefes de Estado e de governo dos países membros, se definiu como "Mecanismo Permanente de Consulta e Entendimento Político". Integram o grupo os seguintes países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, México, Panamá, Paraguai, Perú, Uruguai e Venezuela. Fazem parte também do grupo, por meio de representações rotativas, um país da América Central e outro do Caribe, que hoje são, respectivamente, Honduras e Guiana.

As origens do Grupo do Rio remontam à década de 80 quando, preocupados com a forma que ia adquirindo o processo político na América

⁴ Cf. Ricardo Steinfus. Considerações sobre o Mercosul. *Revista Estudos Avançados*. USP, vol. 6, nº 16.

Central - convulsões sociais de raízes econômicas - e ante a polarização do conflito no contexto da Guerra Fria, os chanceleres dos países limítrofes (México, Venezuela, Panamá e Colômbia) iniciaram ações para propiciar um modelo de diálogo político, pragmático e efetivo, que enfocasse a necessidade de se buscar soluções próprias para o problema da região.⁵

Em 1983, nasce o Grupo Contadora, após uma reunião dos representantes diplomáticos dos países acima citados, avançando, assim, na direção da solução do problema da América Central que afetava diretamente El Salvador e Nicarágua e, indiretamente, Honduras e Costa Rica. Em seguida, os chanceleres do Brasil, Argentina Peru e Uruguai formaram o Grupo de Apoio a Contadora.

Na cidade do Rio de Janeiro, em 1986, o Grupo de Contadora e o Grupo de Apoio fundiram-se, formando o Grupo do Rio. Os objetivos que fundamentaram o Grupo do Rio são: a) análise de temas internacionais que são de especial interesse para os governos e a busca de posições comuns a respeito; b) promover o melhor funcionamento e a coordenação dos organismos latino-americanos de cooperação e integração; c) impulsionar atividades e ações destinadas a melhorar, mediante o diálogo e a cooperação, as relações interamericanas; d) estimular os processos de cooperação e integração na América Latina; e) explorar conjuntamente novos campos de cooperação que favoreçam o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico dos países da região; f) fomentar o diálogo sistemático com outros países e grupos de países dentro e fora da região.

Os membros do Grupo do Rio, reunidos na cidade de Assunção nos dias 23 e 24 de agosto de 1997, reafirmaram os princípios que nortearam a sua criação, e pautaram um conjunto de ações estratégicas acerca de vários temas, baseado nos valores compartilhados pelo grupo. Questões como a reforma das

⁵ Cf. endereço eletrônico do Grupo Rio: <http://www.gruporio.ov.py/html>

Nações Unidas, trabalhadores migrantes, tráfico ilícito de drogas, terrorismo e turismo, entre outros, receberam atenção.⁶

Sobre as Nações Unidas, o grupo reivindica uma reforma institucional, na qual “os órgãos e métodos de trabalho respondam às novas realidades da Comunidade Internacional e à participação que compete à América Latina e ao Caribe na Organização”.

Em relação aos trabalhadores migrantes, a preocupação é, de um lado, com as crescentes manifestações de racismo, xenofobia e outras formas de discriminação; e de outro lado, destacar “a responsabilidade dos estados de origem e destino de migrantes quanto ao fortalecimento da cooperação em matéria migratória”.

Já a solução do problema do tráfico de drogas “requer um enfoque integral e uma ação concentrada em nível hemisférico, baseada na cooperação internacional, num quadro de responsabilidade compartilhada entre todos os países da região”. Enfatiza também a necessidade de criar instrumentos voltados para a redução da demanda.

No caso do terrorismo o objetivo é fortalecer o quadro jurídico para que os atos terroristas sejam tratados como “uma violação sistemática e deliberada dos direitos dos indivíduos”.

Finalmente, a questão do turismo é abordada sob o enfoque social, mostrando que o crescimento do setor nas economias da região, tem propiciado o aumento de empregos e investimentos e a integração dos povos.

Contudo, o principal item do documento de Assunção foi a Declaração sobre a defesa da Democracia, abaixo transcrita na íntegra:

- 1- “Intercâmbio de pontos de vista sobre a necessidade de preservar e fortalecer a democracia representativa, cujo valor é compartilhado por

⁶ Nessa ocasião o Departamento de Estado norte-americano caracterizou-o como “não amistoso” para os Estados Unidos. Ver Armando Vidigal. “Integração sul-americana: segurança regional e defesa nacional” In: *Premissas*, Campinas, Unicamp, Caderno 14, 1996.

todos seus integrantes e seu exercício efetivo constitui uma obrigação para seus Estados Membros.

- 2- Estamos convencidos de que a democracia representativa é o fundamento de legitimidade dos sistemas políticos e condição indispensável para a paz, a estabilidade e o desenvolvimento da região, assim como para o processo de integração hemisférica no qual se encontram comprometidos nossos países.
- 3- Coincidimos com que a eliminação da pobreza extrema, a obtenção da justiça social, a promoção de formas de exercício da cidadania, assim como a melhoria da condição de vida e o bem estar geral de nossos povos, são objetivos permanentes de nossos países, os quais podem ser mais facilmente alcançados através da cooperação e da coordenação entre governos democráticos.
- 4- Reiteramos que a promoção e a observância dos valores éticos e o respeito aos direitos humanos são o fundamento e a razão de ser da legitimidade dos sistemas políticos, e que somente a democracia garante efetivamente a sua vigência.
- 5- Reafirmamos que toda agressão à democracia de um país da região constitui um atentado contra os princípios que fundamentam a solidariedade dos Estados americanos.
- 6- Por isso, na busca da preservação da democracia representativa e da plena vigência das instituições, acordamos que, no caso de ocorrer, em qualquer dos países membros do Grupo do Rio, fatos que alterem o Estado de Direito ou impliquem uma ruptura de ordem institucional, a

secretaria *Pro Tempore* convocará uma reunião de Ministros de Relação Exteriores para examinar a situação.”⁷

4.2- Alguns atores do Mercosul

A criação do Mercosul, fruto de um conjunto variado de circunstâncias, não pode ser analisada isolando o fenômeno da transformação dos regimes autoritários em democráticos que acarretou transformações importantes nos países da região. Esse fato, porém, ainda não foi suficiente para implantar uma dinâmica marcada pela capacidade de organização dos interesses de alguns atores no sentido de assegurar sua participação no processo de decisão política. Se no âmbito nacional esta situação é evidente, no caso do Mercosul parece ser ainda mais claro.

Para alguns setores das sociedades que compõem o Mercosul, os canais institucionais criados, a partir da implementação do Tratado de Assunção, não têm conseguido absorver suas demandas. É o caso das pequenas e médias empresas e dos sindicatos, assim como dos partidos políticos, das universidades e das forças armadas.

Os pequenos e médios empresários do Mercosul somam aproximadamente 3,5 milhões de unidades. Com as políticas de liberalização comercial praticadas a partir do Tratado de Assunção, tornou-se fundamental para esse setor o apoio de governos para terem condições de produzir competitivamente para o mercado. Mas, além das dificuldades de obterem este tipo de apoio, a nova situação produtiva, provocada pelas estratégias das empresas multinacionais, deixou esse grupo ainda mais vulnerável. Em geral, as pequenas e médias empresas argentinas e uruguaias encontraram-se em desvantagem em relação às brasileiras, devido principalmente à maior atenção dispensada pelo governo do Brasil a essas questões. Dessa forma, a criação de um instrumento próprio, no âmbito do processo associativo, para a canalização de demandas que atenuem os custos da integração, tornou-se uma meta política

⁷ Como a característica principal dessa Declaração foi a clareza dos seus termos, fica difícil entender porque o presidente do Peru, Alberto Fujimori, também a assinou.

das micro, pequenas e médias empresas na subregião.⁸ Em um seminário promovido pelo Sebrae e *Gazeta Mercantil*, em Brasília, para discutir o impacto e o potencial que o Mercosul representa para as pequenas e micros empresas, o presidente do Conselho Deliberativo Nacional do Sebrae, Guilherme Afif Domingos, afirmou que “o Mercosul será uma realidade quando milhões de pequenos e micros empresários passarem a fazer parte do processo”.⁹

As organizações sindicais têm discutido - de maneira difusa e ocasional - os temas de seu interesse no Mercosul, no espaço para debate do subgrupo de trabalho nº11, dedicado a temas trabalhistas. Ali, juntamente com representantes dos governos e representantes empresariais, examinam questões como: as condições de segurança no trabalho, harmonização das legislações trabalhistas, o reconhecimento de títulos profissionais e o desemprego que pode ser gerado pelo processo de integração. Contudo, o Mercosul tem ainda se mostrado importante para ampliar o ativismo e a representatividade da Coordenação das Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) criada em 1986.¹⁰ Entretanto, as possibilidades de articulação sindical estão mais condicionadas pelo poder de pressão que exercem nacionalmente do que no espaço regional. Nesse sentido, o exemplo do Uruguai talvez seja, o mais eloquente: o Plenário Intersindical de Trabalhadores (PIT) e a Convenção Nacional de Trabalhadores (CNT) têm se esforçado para estabelecer canais de comunicação com o governo e empresários objetivando a formação de um pacto nacional para negociar junto ao Mercosul.¹¹ De uma maneira geral, entretanto, os sindicatos têm tido uma postura defensiva.¹²

⁸ Bernardo Kosakoff (org.). *El Desafío de La Competitividad*. CEPAL/ Editorial Alianza, 1993.

⁹ Ver *Gazeta Mercantil* - 26/11/96 p. A-4.

¹⁰ Ver Vitor Tokman. “Integración económica y mercado de trabajo.” *São Paulo em Perspectiva*, Vol 9, nº1, jan/mar, 1995.

¹¹ Ver Jorge Notoro. El Tránsito al Mercosul y seus impactos em las relaciones de trabajo. *Cuadernos del CLAEH*, MontevideL, nº69, jun, 1994.

¹² Ver Karina Pasquarielo. *Mercosul e Sindicatos: a participação das centrais sindicais no subgrupo 11*. Tese de mestrado apresentado ao Departamento de Ciência Política/USP, 1996.

Já os partidos políticos - não obstante a instituição da Comissão Parlamentar Conjunta (CPC) pelo Tratado de Assunção e Protocolo de Ouro Preto - não têm participado do debate acerca da integração da região, ao contrário, por exemplo, da experiência européia. Nem mesmo nos momentos de decisões fundamentais para o Mercosul os partidos têm se mobilizado. No caso Argentino, o Mercosul é o único ponto de continuidade entre as políticas exteriores dos governos dos partidos Radical e Justicialista. O Uruguai talvez possa ser considerado uma exceção, pois, na etapa inicial da associação, os parlamentares discutiram com o governo a decisão de aderir ao Tratado de Assunção que instituiu o Mercosul. No Paraguai, quando o tema é discutido, ocorre o oposto entre os setores mais radicais do partido Colorado, que geralmente questionam a participação do país no Mercado Comum. De fato, não existe uma rede de comunicação entre os partidos dos países do Mercosul, nem entre aqueles que apoiam a iniciativa, e menos ainda entre os que porventura se opõem.

No âmbito educacional as iniciativas visando a cooperação regional têm, praticamente, se restringido às universidades. Mesmo assim, num patamar ainda incipiente. Os esforços mais visíveis se deram entre Argentina e Brasil na área de biotecnologia e informática, apesar da descontinuidade dos projetos. Como destacam estudiosos do tema, é preciso mais do que o simples intercâmbio estudantil: é preciso que se crie um interesse mútuo entre os parceiros na região e se estimule o trabalho contínuo. Outro aspecto importante sobre essa questão diz respeito à formação e qualificação de recursos humanos, já que, à medida que o processo de integração avançar, tornar-se-á necessário a criação das bases para um mercado de trabalho comum, o que supõe o reconhecimento ou a equivalência dos processos de qualificação e formação de recursos humanos. Isso não significa, no entanto, pleitear a unificação das estruturas curriculares.¹³

¹³ Ver Clarissa Neves. "Limites e Possibilidades da Integração entre Universidades." In: MOROSINI, Marília (org.). *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. Paulo, Cortez, 1994.

Em novembro de 1993, ocorreu na UFRGS o seminário “Universidade e Integração no Mercosul”, promovido pelo GEU (Grupo de Estudos sobre Universidade), que congregou pesquisadores sul-americanos com o objetivo de discutir a integração dos sistemas universitários dos países do Mercosul, apontando para a construção de um mercado comum acadêmico mais amplo do que acordos entre instituições universitárias isoladas. Como resultado objetivo do seminário surgiram propostas para uma agenda:

- 1- Identificação e criação de grupos de estudo e de pesquisa sobre a questão “Universidade e Integração no Mercosul”.
- 2- Criação e consolidação de redes de investigação e de informação e divulgação sobre o tema, com o objetivo de elaborar diagnósticos e reflexões sobre a realidade do ensino superior dos países participantes.
- 3- Formação de recursos humanos capacitados para promover o desenvolvimento acadêmico junto à sociedade, privilegiando metodologicamente o aprendizado pela via da pesquisa, da interdisciplinaridade e do trabalho em equipe.
- 4- Explicitação e detalhamento de agenda de estudos sobre a diversidade e a diversificação de instituições quanto às estruturas, às relações com órgãos governamentais e conseqüentes amplitudes de autonomia.
- 5- Explicitação e detalhamento de agenda para discutir a avaliação da qualidade estratégica, fundada na avaliação da excelência de propostas, níveis e instituições e no intercâmbio de alunos, docentes e investigadores.
- 6- Participação, em nível de instância decisória, de representantes desse grupo de pesquisadores que vem refletindo sistematicamente sobre a formação comum acadêmico.¹⁴

¹⁴ Ver Marília Morosini. “Universidade e Integração no Mercosul: a Carta de Porto Alegre.” In: MOROSINI, Marília (org.). op. cit.

Ainda em relação à questão educacional, cabe ressaltar o envolvimento da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que, seguindo as diretrizes políticas do MEC, vem participando da implementação do "Programa de Capacitação de Recursos Humanos para Contribuir ao Desenvolvimento", em articulação com os países membros do Mercosul.¹⁵

Dentre todos os atores envolvidos de forma direta ou indireta no processo de constituição do Mercosul, têm sido as forças armadas, enquanto objeto de apreciação, os que mais obstáculos tem apresentado. De um lado, opiniões divergentes sobre o tema entre integrantes dessas forças nos diferentes países. De outro lado, uma certa indefinição conceitual nas análises empreendidas acerca da questão. Como afirma Giaccone, "para evitar este erro, resulta útil distinguir entre: cooperação, alianças militares e integração".¹⁶

Em relação ao primeiro ponto abordado - as opiniões das forças armadas dos países do Mercosul sobre os seus papéis nesse processo - as preocupações gerais são com a soberania nacional e a integridade de suas instituições. O exército uruguaio, por exemplo, não considera a possibilidade de constituir um comando militar conjunto com os outros países do Mercosul e tampouco prevê modificar suas hipóteses de conflito. Fontes do exército garantiram que vão continuar "na mesma linha que se tem trabalhado sempre", e asseguraram que "nada foi falado para que mudássemos nossas posições. É um tema que não está em discussão". Afirmaram também que, do ponto de vista do exército, a questão da defesa nacional "não deve ser analisada somente em relação às hipóteses de conflito e aos possíveis inimigos" já que estes podem variar, "o que não acontece com os valores a defender, que são de caráter permanente e formam parte dos cimentos da nação". Segundo esses militares,

¹⁵ Ver Isabel Canto. "A Capes e a Cooperação Internacional." In: MOROSINI, Marília (org.). op. Cit.

¹⁶ Claudia Giaccone. "Cooperacion Estrategica - militar en el Mercosur." In: *La Política Exterior del Gobierno Menem*. Rosário, Edición Cerir, 1994.

no caso uruguaio “esses valores não tem porque coincidir com os do Brasil, Argentina e Paraguai”.¹⁷

Contrariamente ao pensamento dos militares uruguaios, o general brasileiro Alberto Cardoso, ministro da Casa Militar da Presidência da República e ideólogo do novo plano de defesa nacional, fez um prognóstico de que “haverá, a médio prazo, uma integração militar formal no continente”. O general destacou também que pela primeira vez na história brasileira existe uma diretriz que prioriza a manutenção da paz, da ação diplomática e o uso das Forças Armadas “como vetor diplomático” em missões internacionais, que portanto “mostram à sociedade que a responsabilidade da defesa não é somente dos militares”.¹⁸

A partir dessa clara diferença de posição sobre a integração militar no Cone Sul, entre Uruguai e Brasil, é importante perceber que as motivações dos dois países em relação ao Mercosul são diferentes também. Isto é, enquanto o Brasil se preocupa com o poder dos E.U.A na região (em várias esferas), o Uruguai parece se preocupar com o poder do Brasil (que exerce a liderança no Mercosul).

Contudo essas diferenças não impediram que se realizassem atividades militares conjuntas entre os países da região, sobretudo entre Argentina e Brasil. Os exemplos da operação “Fraterno”, realizada entre as marinhas argentina e brasileira, e a operação “Cruzeiro do Sul”, que envolveu 1500 homens dos exércitos argentino e brasileiro, comprovam a situação. Essas atividades devem ser compreendidas dentro da conjuntura atual, mas sem esquecer a história militar dos países. Por isso, um militar brasileiro afirmou: “quando da assinatura do acordo de cooperação entre Argentina e Brasil (Alfonsín e Sarney), um dos protocolos que tratava de forma demasiadamente ambiciosa da cooperação militar entre os dois países, não foi efetivado por ser prematuro...”, mas agora “a cooperação mais viável seria no campo operacional, aumentando a realização de exercícios conjuntos e no campo logístico, viabilizando a criação de uma

¹⁷ *Busqueda*. 22/11/96. p.11.

¹⁸ *Clarín* 15/11/96 p.32.

indústria militar regional e o desenvolvimento de projetos comuns de pesquisa e desenvolvimento voltados para a área militar”.¹⁹ Seguindo essa linha de raciocínio, outro general do exército brasileiro propôs algumas iniciativas para “contribuir com o incremento do atual nível de cooperação militar entre as forças armadas dos países membros do Mercosul”. São elas: “intensificação das modalidades de intercâmbio já em marcha; estabelecimento de mecanismos de consulta de alto nível de caráter periódico ou de emergência, capazes de proporcionar confiança e consultas perante ameaças comuns; e, estabelecimento de foros permanentes e/ou periódicos para análise e avaliação conjunta de ameaças e concepções estratégicas, e intercâmbio de informações dinâmicas”.²⁰

Apesar de a constituição do Mercosul contribuir decisivamente para o aumento das discussões sobre o processo de integração militar (em suas várias facetas) na região do Cone Sul, a atual situação não contrasta de maneira definida com o quadro anterior à implementação do Tratado de Assunção.

Já em relação ao outro aspecto referido neste tópico acerca dos militares - a dificuldade de conceitualização dos fenômenos ocorridos no Mercosul referentes à área militar -, o primeiro ponto a ser observado é a abrangência dos conceitos. De fato, as idéias de cooperação, integração e aliança, para que possam ser operacionalizadas, necessitam de suporte em termos que se caracterizem por uma maior profundidade e amplitude: segurança e defesa. Com efeito, trata-se, antes de tudo, de uma difícil definição teórica. No entanto, vários autores, levando ou não em consideração esse fato, lançaram-se na tentativa de explicar os acontecimentos e as atividades que se desenvolveram no âmbito militar a partir da criação do Mercosul.

De uma maneira geral a maioria dos trabalhos examinados coincidem em seus diagnósticos. Isto é: integração e aliança, no momento, não são processos perceptíveis. Até mesmo a cooperação (sistemática) não tem sido totalmente

¹⁹ Armando Vidigal. Integração e Segurança. in: “*Revista da Escola Superior de Guerra*.” Rio de Janeiro, nº23, 1992.

²⁰ Gleuber Vieira. “La Variable Estratégica en el Proceso de Costituición del Mercosur.” In: *Fuerzas Armadas y Sociedad*, vol. IX, nº2.

considerada. Prefere-se a idéia de uma cooperação difusa e conjuntural. Como ilustração dessa concepção pode-se buscar apoio nas conclusões de um destacado analista da questão militar na América do Sul.²¹ Para ele as ações até agora realizadas tem tido um caráter limitado. A grande questão seria saber se as forças de defesa da região podem se mover de uma fase que ele denomina de CBM (Confidence Building Measures, ou medidas de confiança mútua) para uma outra de cooperação ou mesmo integração. Ou se, ainda, estes países podem conceber a idéia de uma aliança regional. A resposta é a seguinte: “até agora (as ações de) integração de segurança serão objeto de discussão e especulação mas nada além disso. No ínterim existem reais incentivos para a cooperação (no âmbito) da segurança e esforços nesse sentido tem sido empreendidos e continuarão a ser”.²²

Por último, apenas como uma referência, e ainda assim, ao caso brasileiro, faz-se mister destacar que “no Brasil, as forças armadas matêm-se como ator político relevante. Em termos de política externa, permanecem como atores importantes na definição de linhas importantes de condução de nossa agenda internacional.”²³ Isso equivale dizer que os objetivos, assim como os resultados da diplomacia brasileira, são influenciados, em alguma medida, pelas suas relações com os militares.

À guisa de conclusão, é importante destacar que a idéia de integração regional não é recente, mas somente com a implementação do Mercosul encontrou respaldo prático. Contudo, apenas a esfera econômica experimentou avanços significativos, o que não quer dizer que implicações não-econômicas inexistam. Ao contrário, é possível observar a atenção dispensada por alguns grupos sociais à discussão do tema. As pequenas e médias empresas, os partidos políticos, os sindicatos, as universidades e as forças armadas estão, embora de formas diferenciadas, envolvidos com esse processo.

²¹ Ver David Pion-Berlin. *Will Soldiers Follow? Southern Cone Economic Integration and the Quest for a Security Alliance*. Paper prepared for the AMEI-ISA joint conference, December, 1997, Manzanillo, Mexico.

²² Idem.

5- Bibliografia

ACUÑA, Carlos e SMITH, William. "A Política da 'Economia Militar' no Cone Sul: Análise Comparativa da Democracia e da Produção de Armas na Argentina, no Brasil e no Chile". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, PUC, vol.16, nº1, 1994.

ALMEIDA, Paulo Roberto. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo, Aduaneiras, 1993.

AMARAL JR., Alberto. "Mercosul: questões políticas e institucionais". *Boletim de Integração Latino-americana*. Brasília, MRE, nº13, 1994.

BARBOSA, Rubens. "A Integração Regional e o Mercosul". *Política Externa*. São Paulo, USP, vol. I, nº2, 1992.

CAMARGO, Gustavo. "O Mercosul sem Confeitos - implicações para o Brasil". *Premissas*. Campinas, Unicamp, Caderno 14, 1996.

CARRANZA, Mário. "Segurança Regional e Integração Econômica na América Latina e no Sudeste Asiático: Um Estudo Comparado". *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, PUC, vol. 15, nº1, 1993.

FARIA, José Angelo. *O Mercosul: princípios, finalidade e alcance do Tratado de Assunção*. Brasília, Fundação Alexandre Gusmão, 1993.

FLORENCIO, Sérgio e ARAÚJO, Ernesto. *Mercosul Hoje*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1997.

GIACCONE, Cláudia. "Cooperacion Estrategica - militar en el Mercosur" *La Política Exterior del Gobierno Menem*. Rosário, Edicione Cerir, 1994.

GUILHON ALBUQUERQUE, José Augusto. "Mercosul: a integração regional após a Guerra Fria". *Política Externa*. São Paulo, USP, vol. I, nº2, 1992.

HIRST, Mônica. "A Dimensão Política do Mercosul". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*. Rio de Janeiro, vol.10, nº39, 1994.

INFORMATIVO MERCOSUL. Brasília, CEF, nº4, 1997.

²³ ver Álvaro Oliveira. *A Relevância das Variáveis Exógenas na Constituição do Mercosul*. Tese de mestrado apresentada ao IRI/ PUC, 1996.

MOROSINI, Marília (org.). *Universidade no Mercosul: condicionantes e desafios*. São Paulo, Cortez, 1995.

PEREIRA, Lia Valls e BRANDÃO, Antônio (orgs.). *Mercosul: Perspectivas da Integração*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

PION-BERLIN, David "Will Soldiers Follow? Southern Cone Economic Integration and the Quest for a Security Alliance". Paper prepared for the AMEI-ISA joint conference. December, 1997, Manzanillo, Mexico.

ROJAS, Alberto. "A Segurança na América do Sul". *Premissas*. Campinas, Unicamp, Caderno 11, 1995.

STEINFUS, Ricardo. "Considerações sobre o Mercosul". *Revista Estudos Avançados*. USP, vol. 6, nº 16.

VEIGA, Pedro da Mota. "Mercosul: adaptando a estratégia de integração à realidade". Rio de Janeiro, FUNCEX, 1993 (Texto para Discussão).

VIDIGAL, Armando. "Integração Sul-americana: segurança regional e defesa nacional". *Premissas*. Campinas, Unicamp, Caderno 14, 1996.

"Integração e Segurança". *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, ano XIII, nº 23, 1992.

6- Cronologia da integração latino-americana

1948- Criada pela ONU, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).

1957- Assinatura do Tratado de Roma, constituindo o Mercado Comum Europeu.

1958- Lançamento da "Operação Pan-Americana" pelo Brasil, com forte conteúdo econômico. Início do processo negociador da integração regional na América do Sul.

1960- Assinatura do tratado de Montevideu, criando a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC).

1962- Cuba socialista tenta, sem sucesso, seu ingresso na ALALC.

1967- Conferência de Punta del Este de chefes de Estado e de Governos americanos, quando se proclama a constituição de um "mercado comum Latino-Americano", num prazo máximo de quinze anos, a partir de 1970.

1969- Criação do Grupo Andino, através do Acordo de Cartagena entre Bolívia, Chile, Colômbia, Equador e Peru.

1973- A Venezuela adere ao Grupo Andino.

1976- O Chile abandona o Grupo Andino.

1979- Assinatura do Acordo Tripartite (Argentina, Brasil e Paraguai), que permitia o aproveitamento dos recursos hídricos da bacia do Paraná.

1980- Assinatura do Tratado de Montevideu que institui a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI).

1980- Assinatura do Acordo de Cooperação Nuclear entre Argentina e Brasil.

1982- Crise da dívida externa na maior parte dos países latino-americanos.

1982- Apoio diplomático do Brasil à Argentina na Guerra das Malvinas.

1985- Assinatura da "Declaração de Iguaçu", pela qual os presidentes da Argentina e do Brasil criam uma Comissão Mista de Alto Nível, presidida pelos ministros de Relações Exteriores dos dois países.

1985- "Declaração Conjunta sobre Política Nuclear", de Brasil e Argentina, que afirma os propósitos pacíficos da cooperação bilateral nessa área.

1986- Criação do Grupo do Rio.

1986- Acordo entre Brasil e Argentina, estabelecendo o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE).

1988- Assinatura do "Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento" entre Brasil e Argentina, com o objetivo de consolidar o processo de integração bilateral.

1990- Lançamento da "Iniciativa para as Américas" pelo presidente George Bush para acompanhar as transformações políticas e econômicas na América Latina.

1990- Assinatura da "Ata de Buenos Aires" pela qual os presidentes da Argentina e do Brasil decidem conformar o mercado comum bilateral até 31 de dezembro de 1994.

1991- Assinatura do "Tratado de Assunção" para constituição de um mercado comum entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (Mercosul), a ser conformado até 31 de dezembro de 1994.

1994- Assinatura do "Protocolo de Ouro Preto", que ratifica o Tratado de Assunção e acelera a integração econômica.

1996- Assinatura do Acordo de Adesão do Chile e da Bolívia como "Estados Associados" ao Mercosul.

1997- Assinatura da "Declaração sobre a Defesa da Democracia", pelos integrantes do Grupo do Rio.

TEXTOS CPDOC JÁ PUBLICADOS

01. Mônica Pimenta Velloso. 1987. *A brasilidade verde-amarela*: nacionalismo e regionalismo paulista (2ª ed. - 1990)
02. Dulce Chaves Pandolfi & Mário Grynszpan. 1987. *Da revolução de 30 ao golpe de 37*: a depuração das elites (2ª ed. - 1997)
03. Angela Maria de Castro Gomes & Maria Celina S. D'Araújo. 1987. *Getulismo e trabalhismo*: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro.
04. Mônica Pimenta Velloso. 1987. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*.
05. Angela Maria de Castro Gomes & Marieta de Moraes Ferreira. 1988. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro*: novas perspectivas de análise.
06. Ricardo Benzaquen de Araújo. 1988. *In medio virtus*: uma análise da obra integralista de Miguel Reale.
07. Marieta de Moraes Ferreira. 1988. *Conflito regional e crise política*: a reação republicana no Rio de Janeiro. (2ª ed. - 1990)
08. Maria Celina Soares D'Araújo. 1988. *O PTB de São Paulo*: de Vargas a Ivete.
09. Lucia Lippi Oliveira. 1988. *Caminhos cruzados*: trajetória individual e geração.
10. Hugo Lovisolo. 1989. *A tradição desafortunada*: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais.
11. Vanda Maria Ribeiro Costa. 1989. *A experiência corporativa em São Paulo*: proposta de análise.
12. Mônica Hirst. 1990. *O pragmatismo impossível*: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)
13. Regina Luz Moreira. 1990. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais*: ainda uma estratégia a ser definida?
14. Gerson Moura. 1990. *O alinhamento sem recompensa*: a política externa do Governo Dutra.
15. Angela Maria de Castro Gomes. 1991. *República, trabalho e cidadania*.
16. Maria Celina D'Araújo. 1991. *O Partido Trabalhista Brasileiro e os dilemas dos partidos classistas*.
17. Vanda Maria Ribeiro Costa. 1991. *Origens do corporativismo brasileiro*.
18. Hugo Lovisolo. 1991. *Positivismo na Argentina e no Brasil*: influências e interpretações.
19. Ken Serbin. 1991. *Igreja, Estado e a ajuda financeira pública no Brasil, 1930-1964*: estudos de três casos chaves.
20. Monique Augras. 1992. *Medalhas e Brasões*: a história do Brasil no samba.
21. André Luis Farias Couto. 1992. *O suplemento literário do Diário de Notícias nos anos 50*.
22. Silvia Pantoja. 1992. *As raízes do pessedismo fluminense* (a política do interventor: 1937-1945).
23. Alexandra de Mello e Silva. *A política externa de JK: a Operação Pan-Americana*.
24. Carlos Eduardo Sarmento Barbosa. *Vozes da Cidade*: Pedro Ernesto, a Câmara Municipal do Distrito Federal e os impasses da política carioca (1935-1937).
25. Marly Silva da Motta. *A Estratégia da Ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)*.
26. Américo Freire. *Entre a insurreição e a institucionalização Lauro Sodré e a República carioca*.

27. Helena Bomeny. *Dois amigos e uma cidade: a propósito dos modernistas e do centenário de Belo Horizonte.*
28. Ludmila da Silva Catela. *Argentina: do autoritarismo à democracia, da repressão ao mal-estar castrense 1976-1989.*
29. Alexandra de Mello e Silva. *Idéias e Política Externa: a atuação brasileira na liga das nações e na Onu.*
30. Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. *Changing military and security arrangements in the Mercosur: the possible role of the European Union.*
31. Helena M.B.Bomeny. *"Raízes e Asas" do investimento empresarial em educação.*